

## As disputas por espaços de poder: O caso da Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade (1968-1970)

Carla Darlem Silva dos Reis<sup>1</sup>

Julio Aróstegui (2004) sinaliza que a história do presente, vem sendo resposta a problematização das impressionantes mudanças ocorridas nas sociedades que sobreviveram as catástrofes do século XX. Os países que vivenciaram a Segunda Guerra foram os responsáveis pela criação dos Institutos de Pesquisa, dando o pontapé inicial para a constituição de um novo campo historiográfico, o da História do Tempo Presente. No Brasil, podemos sinalizar o Golpe Civil-Militar de 01 de abril de 1964 como sendo um desses traumas enfrentados pela população, no entanto o campo ainda é recente, por conta das inúmeras indagações feitas a esse novo modo de historiar. É uma moda? É um campo historiográfico?

De acordo com Agnès Chauveau e Philippe Tétart (1999) é um campo historiográfico que foi constituído por conta de uma demanda social que buscava respostas e análises dos fatos que ocorriam no tempo mais próximo. A Ditadura Militar, que seria o nosso acontecimento monstro, por conta das mudanças provocadas na estrutura política, econômica e social, pede para ser analisado ainda no “calor do momento”, pois a sociedade que vivencia esse fato busca respostas e o historiador na sua função social é o responsável por satisfazer a ânsia dessa sociedade nessa busca.

Embora essa mudança se dê muito mais no campo político, isso não significa a impossibilidade de estudar outras áreas a partir dessa. De acordo com René Rémond (1999), o político pode ser um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo. Com isso é possível que estudemos o pensar político e a construção do exercício de poder dentro da sociedade aracajuana, através dos meios de comunicação. A mídia atua enquanto fornecedora de entretenimento e de ideologia, quando esta veicula seu produto, seja ele um jornal impresso, seja um programa de rádio, ela está transmitindo para uma parcela da população suas concepções e valores.

Neste artigo nos propusemos a analisar as disputas no âmbito político de dois meios de comunicação a *Gazeta de Sergipe (GS)* e a *Rádio Liberdade (RL)*, durante a

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pelo PROHIS/UFS. Esse artigo é pré-requisito para a obtenção da nota na disciplina Tópicos Especiais em História e poder, ministrada pelo Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard.

Ditadura Militar entendendo como a censura favoreceu a um meio de comunicação e prejudicou o outro na disputa do campo para exercer o poder. As fontes utilizadas foram os discursos produzidos pelo jornal em seus editoriais e as críticas feitas contra a Rádio Liberdade, bem como o programa radiofônico *O Cinzano*, responsável por rebater as críticas exercidas pela GS. O desafio que se coloca nessa pesquisa é perceber os limites entre a importância e a capacidade desses meios de comunicação em demarcarem seus espaços de poder na cidade de Aracaju e também analisar em que medida essa conjuntura política se mostrava favorável para um ou outro grupo político, mesmo com as implicações do AI-5. Ademais, trata-se de indagar sobre qual era o cenário social e político em Aracaju para as ocorrências dessas rivalidades.

### **1. *Gazeta de Sergipe e Rádio Liberdade*: Breve histórico.**

Para compreendermos essas mídias alocadas na história política sergipana, é essencial que conheçamos como surgiram esses meios de comunicação e a maneira com a qual eles se relacionavam com os partidos políticos. A *Gazeta de Sergipe* iniciou suas atividades em 1958 e tinha como proprietário o jornalista, industrial e político Orlando Dantas. Oriundo de família tradicional sergipana, o jornalista era filho de Manuel Correa Dantas, ex-governador de Sergipe e proprietário da Usina Vassouras. Seguiu os passos do pai enquanto político. “Seu Orlando”, como era conhecido por seus funcionários, elegera-se prefeito da cidade de Divina Pastora em 1935, passando depois ao cargo de deputado estadual no ano de 1947 e deputado federal em 1950. O periódico supracitado é um objeto deveras interessante, pois foi um dos que mais circulou no estado de Sergipe (1958-2003). Em 1958, recebeu o nome de *Gazeta Socialista*, associado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) tendo seu título modificado em 1960 quando Orlando Dantas percebeu que se continuasse atrelado ao partido político do qual fazia parte o jornal não obteria sucesso, sendo então intitulado *Gazeta de Sergipe* até o dia de seu fechamento em dezembro de 2003.

O jornal de Orlando Dantas ficou conhecido por se posicionar favorável às causas trabalhistas, apoiar as reformas de base e os governos de João Goulart e Seixas Dória. Dentre as colunas destacadas pelo jornal tínhamos *o dia-a-dia no Olímpio Campos* e *Coluna Sindical*. A primeira era uma espécie de diário escrito pelo então

governador *Seixas Dória* informando seu cotidiano enquanto chefe de Estado à sociedade sergipana, a segunda continha informações sobre o papel dos sindicatos dos trabalhadores sergipanos, bem como as melhorias propostas por eles.

Em 07 de setembro de 1953, foi inaugurada em Aracaju a *Rádio Liberdade*, localizada à rua Itabaiana, tendo como proprietário o industrial Albino Silva Fonseca. Foi criada para dar suporte à UDN (União Democrática Nacional) nas eleições governamentais de 1955 na qual tinha como candidato Leandro Maciel, tendo sido a segunda rádio emissora do estado de Sergipe. Foi controlada pelos militares, mas não fechou suas portas. A sua programação contava com o programa “*Informativo Cinzano*”, comandado por Silva Lima, principal desafeto de Orlando Dantas dentro da *Rádio Liberdade*.

Por exercer um papel de influenciadora de opiniões as mídias, em suas diversas formas transmitem para uma parcela da população, seus valores e concepções. De acordo com Marcus Ianoni (2003:7) “os meios de comunicação desempenham um papel muito parecido aos dos partidos políticos, chegando até mesmo a substituí-los”, pois define a relevância dos temas a serem postos em discussão, transmite informações públicas, exerce a crítica das políticas públicas e canaliza as demandas do governo.

Sendo assim, a imprensa é considerada como o quarto poder dentro de um Estado Liberal, sendo os três primeiros Legislativos Executivos e Judiciários. Como quarto poder a imprensa torna-se responsável por fiscalizar os três primeiros, evocando o papel de uma entidade democrática, como bem assinalou Nelson Traquina (2001), em seu livro *Quem vigia o quarto poder*. Esse termo foi criado pelo inglês Lord Macaulay em 1828 ao interpretar o jornalismo como um órgão de vigilância sobre os outros três poderes. Estando diretamente ligada à sociedade e as práticas culturais, econômicas e políticas dessa.

Através do que é passado pelas mídias para a população podemos compreender como essa sociedade é vista por seus pares que a descrevem ao analisarmos as colunas da *Gazeta de Sergipe* e os pronunciamentos da *Rádio Liberdade* percebemos como as ideologias partidárias estavam presentes nesses *meios* antes e depois do golpe civil militar.

## 2. A Imprensa e o exercício do poder.

É certo que a imprensa se torna um dos meios de maior influencia dentro de uma sociedade, visto que as pessoas acabam seguindo o exposto por eles. No início do século XIX o jornal é um dos mais procurados pelas pessoas para se informarem ou criticarem algumas decisões ou pessoas. Mostrando, como é importante estudarmos os periódicos, mesmo os que se apresentaram de maneira efêmera dentro das sociedades, pois também eles podem identificar maneiras com as quais podemos fazer, no presente, representações de uma dita sociedade.

A imprensa se torna o espaço ideal para compreendermos o cotidiano sociocultural, uma vez que esses impressos e as transmissões radiofônicas, bem como os arquivos sobre ambas se preocupam com o indivíduo, afinal é veiculado para uma parte específica da população, não se apresenta de maneira imparcial e muito menos inocente. Para Antonio Nóvoa (1997) os periódicos quando produzidos, apela para debates e discussões que são interessantes para a sociedade, ainda de acordo com esse autor:

A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente. Trata-se, por isso, de um corpus essencial para a história da educação, mas também para a criação de uma outra cultura pedagógica. (NÓVOA, 1997: 11)

Destarte, temos na Imprensa um ambiente propício para o exercício do poder e a influência sobre a sociedade. De acordo com Ciro Flamarion Cardoso (2012: 41) “o poder não serve somente para reprimir, mas também para organizar a trama social mediante o uso de saberes” que atualmente é pensado não apenas em âmbito macro, mas a partir das menores estruturas, uma vez que até em pequenos grupos há o exercício do poder. As disputas políticas ocorridas em Aracaju na década de 1960 perpassam por essa ligação entre política e poder.

“Se o poder não é somente dominação, mas também troca” (CARDOSO, 2012: 42), podemos dizer que as mídias se constituem como a forma mais plena do exercício de poder, pois ela influencia a sociedade de tal maneira que é capaz de eleger ou

derrubar governantes. Como foi o caso da *Gazeta de Sergipe* em 1961, que foi apto a eleger Seixas Dória, derrotando Leandro Maciel, forte líder udenista naquele momento. Houve uma verdadeira arquitetura durante os anos que Leandro Maciel foi presidente e no período das eleições de 1961 para desqualificar o udenista e exaltar o Seixas Dória, que acabou saindo vitorioso das eleições.

Quando, no princípio do ano, **a GAZETA DE SERGIPE, comentou a possibilidade da formação de um esquema partidário para lançamento da candidatura SEIXAS DÓRIA** [...] houve uma movimentação dentro da UDN leandrista no sentido de apressar o lançamento do nome do senhor Leandro Maciel. [...] **SEIXAS DÓRIA se projetava como um dos líderes do governo janista, com prestígio nacional.** Esta evidência o colocava em situação privilegiada, reunindo dois fatores importantes [...] atendendo ao forte anseio do povo sergipano: um, a Confiança que inspirava às forças de oposição; outro as grandes possibilidades de carrear para Sergipe os benefícios de que tanto carece para a solução urgente de graves problemas. [...] **Logo o povo sentiu o desejo de conciliação em torno de um homem que reunia as melhores condições para realizar um Governo de paz e prosperidade em benefício de todos os sergipanos.** (*Gazeta de Sergipe*, 31 de outubro de 1961: 2 – grifo nosso).

A campanha era construída inicialmente de uma maneira sutil, apresentando entrevistas cedidas por Seixas Dória, mostrando seus ideais nacionalistas. Comitês de apoio à Dória surgiam a todo o momento. Muitos líderes – fossem estudantis, de sindicatos, ou de outras classes – também prestavam a sua solidariedade ao novo candidato. Ainda em 1961 Heribaldo Vieira, à época senador, afirmou que “a candidatura do Deputado Seixas Dória, traz uma mensagem de paz à família sergipana” (*Gazeta de Sergipe*, 29 de dezembro de 1961:1).

Além disso, havia manchetes afirmando a vitória de Dória, um exemplo é a chamada de 30 de setembro de 1961 intitulada *Sucessão em fase decisiva: Seixas Dória hoje em Aracaju*. No editorial de 31 de dezembro de 1961, intitulado: *Perspectivas de 1962*, a figura de Seixas Dória é exaltada e tida como certa para vencer as eleições:

Sergipe, denso populacionalmente, torturado pelo subdesenvolvimento econômico, pelas injustiças sociais, econômicas e políticas, já traçou os seus rumos, suas diretrizes para conquista da paz e da prosperidade. **Na figura de um jovem ilustre, inteligente e patriota, sinceramente empenhado em contribuir com sua eleição para um clima de ordem e trabalho,** Seixas Dória, que soube firmar-se nacionalmente pelo caráter e decisão, irá receber os sufrágios da grande maioria do povo, elegendo-se governador do Estado. (*Gazeta de Sergipe*, 31 de dezembro de 1961:2 – grifo nosso).

As propostas de governo de Dória eram apoiadas nos mesmos pilares das reformas de base do governo João Goulart, tendo como principais prerrogativas o combate à miséria e o incentivo da Reforma Agrária, segundo Seixas Dória em seu governo “inclui-se a revisão agrária [...] Dedicar-me-ei com especial interesse, na recuperação econômica, assegurando o preço mínimo a produção e facilitando seu transporte para os centros consumidores” (*Gazeta de Sergipe*, 27 de outubro de 1961).

### 3. A *Gazeta de Sergipe* e o Golpe Civil Militar

No texto *Por uma História comparada das Ditaduras* (2010), Francisco Carlos Teixeira, assinala que é essencial que façamos um estudo comparado das Ditaduras, não apenas em âmbito internacional, mas também comparando o modo com o qual esse processo se deu nos diferentes estados brasileiros, pois a experiência se dá de maneira bem distinta a depender do modo com o qual a sociedade é representada e influenciada por forças ideológicas.

Iniciado em 1964, o ciclo ditatorial brasileiro exerceu sua forma mais autoritária e arbitrária de 1968-1974, quando se instaurou o Ato Institucional nº5 em 13 de dezembro de 1968. Aos meios de comunicação foram impostas duas modalidades de censura: a *autocensura* e a *Censura Prévia*. De acordo com Victor Reis Mazzei a primeira consistia na imposição, por parte do governo e militares, de que certos assuntos não deveriam ser divulgados (2011: 32) e a segunda se dava através da análise das notícias por um censor da Polícia Federal que liberava, ou não, a veiculação de certos conteúdos.

A repressão se deu em todo o território nacional e em Sergipe não foi diferente. Segundo Ibarê Dantas, quando se deu o golpe circulavam em Sergipe “quatro emissoras de rádio [...] um jornal diário (*Gazeta de Sergipe*), um jornal semanal (*Folha Popular*), um periódico da UDN, e o *Diário Oficial*”.<sup>2</sup> O Exército controlou as rádios, invadiu os jornais e decidiu que a *Gazeta de Sergipe* (*GS*) e o *Diário Oficial* continuariam circulando, mas que a *GS* ficaria submetida à censura prévia.

---

<sup>2</sup> DANTAS, Ibarê. O Domínio militar em Sergipe. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=561&textCode=3367&date=currentDate>, acessado aos 20 dias de abril de 2011.

O cerceamento da liberdade estava se dando de maneira tão ferrenha em todo o território nacional que até os jornais apoiadores do golpe reclamam das decisões das Forças Armadas, segundo Mazzei:

O *Correio da Manhã* voltou suas cargas contra o então governador Carlos Lacerda, ao reclamar da violência empreendida em uma ação. A manchete do jornal era “Terrorismo, não!”. Tinha início ali uma relação de clara oposição entre veículo e governo, tanto federal, quanto estadual. O regime, por sua vez, passou a impor uma série de sanções ao jornal: apreensão de exemplares que trouxessem matérias consideradas contrárias à imagem dos militares, asfixia financeira, não-concessão de empréstimos, desautorização da veiculação de anúncios ligados ao governo ou a órgãos públicos, e planejamento e execução de invasões e ataques à bomba à sede do veículo de comunicação. (MAZZEI, 2002: 84)

Os militares buscavam calar todo e qualquer foco de oposição e questionamentos que se levantassem contra eles, procurando impor a veiculação de notícias favoráveis ao governo. As reportagens comprobatórias da positividade do Regime militar era cada vez mais essencial para a legitimação do mesmo, sendo assim, era comum veículos de comunicação receberem bonificações para que divulgassem boas novas sobre o governo.

Para garantir a legalidade governamental os militares passam a buscar apoio no Congresso através dos Senadores e Deputados, aqueles que se mostram contrários ao novo regime político foram cassados prontamente. Havendo assim uma política de cassação que agia em acordo com as Assembléias Legislativas, buscando a prisão e suspensão dos direitos políticos daqueles que fossem considerados subversivos ou que apresentassem algum perigo iminente ao Estado.

Não bastava apenas ter o controle das Assembléias e do Congresso, tudo o que não atendesse aos anseios dos militares e da sociedade conservadora deveria ser cortado e alterado ao bel prazer dos governantes. Esse estudo opta por pensar a Censura a partir do ano de 1968 por considerar que as formas de exceção política e cultural demoraram por volta de quatro anos para se consolidar, não negando o fato de que houve sim cerceamento da liberdade nos anos iniciais (1964-1968), no entanto, percebe-se que após 1968 essa situação torna-se mais grave.

#### 4. O AI-5 e a Gazeta de Sergipe

Após a publicação do maior Ato Institucional de todos a *GS* só pronunciou-se a respeito em 01º de janeiro de 1969, antes disso apenas publicou o ato na íntegra no dia 14 de dezembro de 1968, mas sem manifestar-se em relação ao mesmo. No dia 1º de janeiro, no entanto, lança um editorial um tanto contraditório, pois ao mesmo tempo em que critica o cerceamento da liberdade, de maneira bem sucinta, é verdade, elogia o ato denominado então de “revolucionário”. Inicialmente diz que a disciplina foi imposta em 1964 “impregnada pelo ranço udenista, como filosofia de vida política” (*Gazeta de Sergipe*, 01 de janeiro de 1969: 3), alegando ainda que as Forças Armadas tomaram tal posição devido a desorganização política dos Estados. O editorial é finalizado enaltecendo a decisão do Exército, pois para o periódico, “as Forças Armadas assumiram perante 90 milhões de brasileiros a responsabilidade de impor uma disciplina saudável através de reformas estruturais de sua administração pública e privada” (*Gazeta de Sergipe*, 01 de janeiro de 1969: 3).

Ainda de acordo com a *GS* a atitude tomada pelos militares deu-se em decorrência da responsabilidade nacionalista:

Essa responsabilidade será completa com uma **filosofia de fundo nacionalista** sem exacerbações jacobinas, porém firmemente ajustada às realidades brasileiras. Toda segurança nacional será montada numa estrutura **política nacionalista**, trabalhada pela consciência histórica de que nenhuma Nação se organizou às custas de outras, mas sobretudo pela decisão do seu povo. Outras não poderiam ser as perspectivas para 1969 deste jornal coerente com sua tradição de luta pela independência e progresso do povo brasileiro. (*Gazeta de Sergipe*, 01 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso).

Quando um discurso é analisado deve-se ficar atento ao que se repete ao invés de focalizar palavras utilizadas esporadicamente. Na maioria dos editoriais e manchetes, nota-se a constância da palavra nacionalismo, tanto antes, quanto após o Golpe de 1964. Tendo seu apogeu na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, o termo nacionalismo sofreu diversas mutações e, de acordo com Eric Hobsbawm (2002), esse conceito “sofreu uma mutação: de um conceito associado ao liberalismo e a esquerda, para um movimento da direita chauvinista, imperialista e xenófoba” (2002: 144). Dessa forma podemos enquadrá-lo no caso brasileiro, pois a partir de 1956 o nacionalismo

para a ser voltado para o espectro político das esquerdas, o que é acentuado com a chegada de João Goulart à presidência.

O nacionalismo do governo Jango é definido como *Nacional Reformismo*, visando a melhoria das condições sociais das classes populares, pois de nada adiantaria o desenvolvimento econômico se este não chegasse ao povo. De acordo com Charles Domingo (2009), em artigo publicado na Revista *Anos 90*, “o povo, nesse momento se torna o elemento definidor do nacionalismo”, pois a nação já estava constituída. Segundo Lucília Delgado (2007) uma das responsáveis por essa mudança no conceito do nacionalismo, principalmente por incrementar e ser favorável as Reformas de Base foi a Frente Popular Nacionalista (FPN), pois exerceu um papel importante na “difusão de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentista, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais, como também na sociedade civil” (2007: 373).

Enquanto o nacionalismo no governo Goulart clamava um caráter nacionalista-reformista, pugnando a interferência do Estado na realização de reformas sociais, políticas e econômicas, visando a emergência dos setores populares, o nacionalismo ditado pelos militares estava ligado ao nacional-desenvolvimentismo, buscando a instalação de indústrias, multinacionais, ampliando assim o capital do país, não preocupando-se com o bem-estar social, nem com a manifestação dos setores populares. O discurso elegido pela *Gazeta* é, portanto do conceito nacionalista ligado ao nacional reformismo e não ao nacional-desenvolvimentismo do Governo Militar.

O jornal soava a todo tempo contraditório, pois em 1964 convida o povo a lutar pelas reformas de base e contra o processo antidemocrático que poderia ser instaurado no Brasil (*Gazeta de Sergipe, 01 de janeiro de 1964: 4*), e continua defendendo isso mesmo após o golpe, em 1968 entende – o que agora chamam de “Revolução” –, como um processo “historicamente sereno, brando, não obstante as lutas sangrentas dos ‘praieiros’ de Recife [...]. **Atualmente se desenvolve sem a participação do povo, mas pela contradição das próprias forças militares no Poder**, desde 1964” (*Gazeta de Sergipe, 8 de janeiro de 1969: 2* – grifo nosso), enfatiza o não envolvimento popular com esse novo modo de fazer política no Brasil, mas não busca fazer um diálogo com o povo como fazia nas edições anteriores a 1º de abril de 1964.

Entretanto, há de observar-se que as denúncias contra a corrupção não cessam. É como se fizessem um misto de críticas governamentais com certos elogios ao comando militar para que não fosse levado o fechamento do periódico, vale ressaltar, todavia que

10.4025/6cih.pphuem.494

essas críticas eram ao Governo Estadual, não foram encontradas críticas diretas ao Governo Federal. Em relação a corrupção o diário alega que, “Os corrutos (sic) sempre viveram acastelados nos Poderes públicos e jamais foram apagados em 64. Agora o povo espera embora desconfiadamente que o governo Costa e Silva não falte a essa medida oportuna” (*Gazeta de Sergipe, 08 de janeiro de 1969: 2*), vale ressaltar que nesse momento faziam parte do quadro governamental o administrador público Lourival Baptista e no quadro de Deputados o Luiz Garcia, veemente acusado pela *Gazeta* de desvios de verba pública quando fora governador de 1959 a 1963.

De acordo com o periódico o problema com a corrupção foi abafada em 1964 devido “**a preocupação com os ‘subversivos’**”, pois “**era do interesse dos corruptos que tudo fizeram para fortalecer a crença nos males do país decorrentes da ação dos ‘subversivos’**” (*Gazeta de Sergipe, 9 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso*), fazendo com que “**os responsáveis pela corrupção (sic), arbítrio, violências, crimes de todas as naturezas ficaram impunes e continuam no domínio da política estadual até hoje**” (*Gazeta de Sergipe, 9 de janeiro de 1969: 3 – grifo nosso*).

Em diversos momentos os atos subversivos são vistos, como uma maneira de inibir os desvios de conduta dos governantes, desse modo anunciam no editorial *Reforma das estruturas* o seguinte:

Em 1964 ocorreu um movimento militar que ao assumir o Governo da República, tentou imprimir um cunho novo nas estruturas administrativas e econômicas do País. Os esforços perderam-se diante das resistências opostas pelas classes dominantes nas suas mais diferentes modalidades. Desviadas as atenções para a “subversão”, como o perigo imediato do comunismo tomar conta do País, as verdadeiras causas da crise brasileira ficaram impunes. E a impunidade favoreceu os responsáveis pela corrupção e o crescimento das negociatas e dos peculatos. (*Gazeta de Sergipe, 25 de janeiro de 1969: 3*).

Interessante observar também que mesmo com as intermitências sofridas pela *Gazeta de Sergipe* decorrente do AI-5 a mesma qualifica-o como “**o instrumento legal que assegurará meios de punição dos ladrões e peculatórios**” (*Gazeta de Sergipe, 25 de janeiro: 3*).

## 5. “Fogo na Gazeta” – Memórias de um corpo editorial.

10.4025/6cih.pphuem.494

Por conta de seus posicionamentos a *GS* possuía alguns inimigos. Segundo Paulo Brandão<sup>1</sup>, a partir de 1968 surgiu uma espécie de comando pichando a sede do jornal com as palavras: “Toca fogo na gazeta”. Episódio que ocorreu em 13 de janeiro de 1969. De acordo com editorial do dia 15 de janeiro:

**Pertence à história de Sergipe o slogan – Fogo na Gazeta – cantando em verso e em prosa por certos grupos políticos que inconformados com a nossa pregação contrária à corrupção, à violência, ao arbítrio, contravenções fiscais e crimes de homicídios reagiam de forma eloquentemente adequada aos métodos conduzir seus partidos.** Há menos de um ano na frente do prédio deste matutino, apareceu escrito – Fogo na Gazeta – demonstração do desejo ardente do referido grupo político em conseguir o nosso desaparecimento como órgão da imprensa sergipana. (*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 3).

O informe sobre o incêndio na sede jornalística, nos diz que o primeiro a perceber o incêndio foi o guarda noturno da *GS* que pediu para o proprietário do bar frequentado pelos “gazetenses” ligassem para o corpo de bombeiros, que atendera a ocorrência de imediato, encerrando o fogo às 23:30h. De acordo com o jornal, tudo levava a crer que o incêndio teria sido criminoso uma vez que:

De início está afastada a hipótese de um curto circuito, vez que, se isto tivesse acontecido a chave geral apresentaria fios queimados, o que não ocorre. [...] De concreto, podemos afirmar que o fogo grassou pelo telhado e somente a caída deste ao solo é que provocou os estragos maiores na clicheria. (*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 8).

Além disso, acreditava-se em incêndio criminoso devido ao achado de alguns objetos suspeitos e de uma janela quebrada justamente no local do incêndio:

No assoalho da clicheria, foram encontradas intactas uma lata de querozene (sic) e um boião (sic) de ácido nítrico, usado para se fazer clichées(sic). Ressalte-se, ainda que o segundo Delegado da Capital bel. Costa Cavalcante, responsável pelo inquérito, encontrou uma janela aberta que poderia ter sido arrombada, num prédio vizinho, dando justamente para o local do incêndio. Isso leva a crer num ato de sabotagem que só o inquérito policial poderá confirmar, ou não. (*Gazeta de Sergipe*, 15 de janeiro de 1969: 8)

---

<sup>1</sup> Ex-jornalista da *Gazeta de Sergipe* e neto do fundador desse jornal, Orlando Dantas, em entrevista concedida a autora em 16/03/2012

Ao longo das edições dos meses seguintes não encontramos notícias concernentes ao fato, apenas uma pequena piada na seção *Humor GS*, que mencionava o ocorrido:

- Finalmente, tocaram fogo na Gasetta (sic) com álcool ou com gasolina?
- Com raiva!...<sup>2</sup>

### 1.3 – *GS x RL*: Disputas políticas

Embora na maioria das vezes a *Gazeta de Sergipe* fosse a responsável por investidas contra os grupos políticos do Estado, também era vítima de algumas denúncias, ou como eles diziam “calúnias”. Ainda em janeiro de 1969 há o caso do radialista Silva Lima que caluniou o Sr. Orlando Dantas através do seu programa na Rádio Liberdade. Como não temos fontes suficientes é impossível localizarmos o que foi dito do Diretor do jornal e não podemos afirmar até que ponto o radialista estava certo. De acordo com a notícia publicada no jornal do dia 30 de janeiro de 1969, Silva Lima fora condenado a ausentar-se dos microfones no período de quatro meses, tanto em sua emissora, quanto nas outras. Para que pudéssemos ter uma melhor visão do caso foi buscado o processo no Tribunal de Justiça de Sergipe, no entanto, o mesmo não consta no acervo.

De acordo com depoimentos colhidos pelo professor Sérgio Borges para o documentário *Silva Lima: Uma memória Radiofônica* (2003), o radialista era uma figura que “gerava amor e ódio na mesma proporção”, através de seu programa *Informativo Cinzano* que tinha o slogan “As primeiras notícias da tarde de hoje a as últimas da manhã que passou”, o locutor era bastante crítico e pugnava diversas denúncias contra autoridades sergipanas.

Nos jornais pesquisados não há registros do que o radialista falou sobre o Diretor do periódico, na tentativa de encontrar informações na sede da Rádio, que funciona nos dias atuais, foi feita uma visita a Rádio Liberdade e também lá não foi possível localizar os documentos, pois de acordo com o Diretor atual do meio de comunicação, o Sr. Otacílio Leite, a instituição não possui arquivos, tendo documentos apenas recentes (2007 em diante), pois não havia a prática de guardar gravações, nem documentos. As

---

<sup>2</sup> Retirado da edição número 3.796 do dia 09 e 10 de março de 1969: 2

10.4025/6cih.pphuem.494

únicas informações encontradas sobre a Rádio Liberdade foram obtidas através da coluna no site Infonet do Jornalista e radialista Cláudio Nunes, que conta um pouco da história da Rádio Liberdade:

Em Sergipe a coligação PSB/PR tinha conseguido eleger Arnaldo Garcez para suceder José Rollemberg Leite no governo estadual. A UDN – União Democrática Nacional -, cujo líder máximo era Leandro Maciel, precisava de uma emissora de rádio para fortalecer sua candidatura nas eleições de 1954. (Informações retiradas do site do Jornalista Cláudio Nunes disponível em: <http://www.infonet.com.br/clauidionunes/ler.asp?id=133489>, acessado em 01 de outubro de 2012, às 15h )

O responsável pela sentença do radialista foi o juiz Lauro Pacheco. Segundo o periódico, as investidas contra o Sr. Orlando Dantas se davam em decorrência das denúncias promovidas contra a Rádio Liberdade nos crimes de defloramento, enriquecimento ilícito, contravenções fiscais, que estavam presentes naquela emissora desde o governo de Leandro Maciel. Vejamos o que é dito pelo jornal sobre a rádio em questão:

Montada no governo Leandro Maciel que subiu ao Palácio Olímpio Campos em 1955, através de meios escusos, na maior fraude eleitoral da história política do Estado, se constituiu, de logo, em instrumento de ataques pessoais. Quando, doze anos atrás, surgiu a GAZETA, sob a direção do jornalista Orlando Dantas, **tempos após a Rádio Liberdade encetou campanha pessoal contra nosso diretor**, ao ponto da direção do semanário A CRUZADA ter empreendido um movimento de protestos que ecoou na sociedade. Cessada a campanha, decorrido um período de silêncio, novamente outra campanha estourou violenta e pessoal. É preciso considerar que este matutino, sempre cuidadoso com o caráter pessoal, **só denunciava fatos como crimes de assassinatos, contravenções fiscais, defloramentos em empresas dos diretores da Rádio referida, enriquecimento ilícito**. O espancamento de um sargento da Polícia militar em plena rua da cidade, a presença de 50 pessoas comandadas pelos diretores da Rádio no Quartel da Polícia militar arrancando das mãos do Comando os presos que espancaram o referido Sargento, o crime monstruoso de Litinho, os defloramentos alarmantes de empregadas das empresas Albino Silva da Fonseca, as evasões de impostos nas áreas federais, estadual e municipal, sempre foram motivos de protestos silenciosos de muitos. **Nunca, porém, este matutino guardou conveniências diante desse poder de dominação que se organizava à sombra do governo Leandro Maciel**, tanto em riqueza material como pelo pavor despertado em face dos crimes de

10.4025/6cih.pphuem.494

mortes cometidos. **As nossas denúncias sobre a presença de buijões de gás no segundo trecho da rua de Laranjeiras, com riscos evidentes para a segurança pública, de paz com os pistoleiros postados na porta do estabelecimento do grupo da Rádio Liberdade,** eram aceitas pelo povo diante de fatos incontestes. (*Gazeta de Sergipe*, 13 de março de 1969: 3).

A discussão empreendida por ambos se dá num mesmo contexto situacional político, no qual os dois apresentam, (em momentos distintos), o papel de locutor e interlocutor. Quando um dos meios se pronuncia em relação ao outro, traz para si a incumbência de locutor, ou enunciador, fazendo com que o receptor da notícia, o grande público ou até mesmo o atingido, seja capaz de produzir um juízo sobre o que lhe foi passado. De acordo com Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (2008), o receptor sofre influência do que é lhe passado através do enunciado, produzindo um discurso favorável para um dos lados. Sendo assim, dá-se para entender que os escritos do jornal e as emissões orais feitas pelo radialista Silva Lima estavam impregnados de significação, para que assim o receptor acabasse por escolher um dos lados, aquele que houvesse uma maior identificação.

### **Considerações Finais**

As disputas políticas encenadas no estado de Sergipe durante alguns anos da Ditadura Civil Militar nos faz pensar o modo com o qual o exercício do poder é essencial para o controle ideológico e político da sociedade, mostrando assim, como o retorno do político se faz primordial para análise de determinadas sociedades, uma vez que perpassa por outros meandros, intercalando com fontes antes inutilizáveis como o audiovisual e os jornais, por exemplo. Além disso, estudar os fatos recentes sob a luz da teoria da História do Tempo Presente nos faz perceber como o movimento histórico é contínuo e que toda história é um olhar do presente ao passado e não o movimento inverso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida*. Sobre la historia del presente, Madrid, Alianza, 2004

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, P. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004

CHAUVEAU, Agnés, TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnés, TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 357-376.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANONI, Marcus. Sobre o Quarto e o Quinto poderes. In. *Communicare: revista de pesquisa* / Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. – v. 3, nº 2 (2003). São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2003.

MAZZEI, Victor Reis. *Jornal o Diário: A censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968 – 1974)*. 2011. 214 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Instituto de Ciências Humanas – PPG História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

NÓVOA, Antonio. A Imprensa de Educação e Ensino: concepções e organização do Repertório Português. In: BASTOS, Maria Helena Camara e CATANI, Denice Barbara.

*Educação em Revista – a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997

ORLANDI, Eni P. A leitura e os leitores possíveis. In: ORLANDI (Org.) *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes. 1998.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnés, TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCHILLING, Voltaire. A Revolução inesperada. In: *Caderno de História Memorial Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul: Memorial do Rio Grande do Sul, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Por uma história comparada das ditaduras. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. (Et Ali). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Multifoco, 2010.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.